



Em busca da Nova História Cultural de Burke

Resenha de BURKE, Peter. *O que é História Cultural ?*. Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

André Cabral Honor

Mestrando em História – PPGH/UFPB<sup>1</sup>

Em seu livro *O que é História Cultural ?*, Peter Burke procura esclarecer sobre o que trata a História Cultural, buscando através de exemplos escolhidos numa impressionante pesquisa bibliográfica, ressaltar a sua peculiaridade perante os outros ramos historiográficos. Com esse objetivo, o autor descreve as transformações no conceito de história cultural, abrangendo desde os seus pilares de sustentação, aos quais a própria terminologia estava longe de ser aplicada, passando pelo auge da disciplina com a chamada *Nova História Cultural* (NHC), propondo-se, por fim, a discutir o seu futuro incerto face aos problemas que enfrenta.

Os primeiros estudos sobre a história da cultura humana remontam ao final do século XVIII por volta de 1780. Contudo em 1800, no início da fase que Burke chama de clássica da história cultural (1800-1950), a disciplina começa a tomar fôlego com o surgimento de nomes como Burckhardt e Huizinga. Estes se concentravam na análise dos clássicos, obras-primas das artes, tendo como idéia principal a tese de que o historiador pinta o retrato de uma época. As artes eram interpretadas como evidências inquestionáveis da cultura da época em que foram produzidas, desta forma procurava-se relacionar os mais diferentes tipos de manifestações artísticas, estabelecendo conexões entre si. Tanto Burckhart como Huizinga, apesar de algumas discordâncias de análise, estudavam a cultura partilhando o mesmo método historiográfico que consistia em buscar as constantes nos estudos comparativos feitos entre os diversos tipos de arte.

---

<sup>1</sup> O autor é graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba e concentra seus estudos nas áreas de História da Arte, História Moderna, História Colonial Brasileira e Patrimônio Histórico. Trabalhou em colégios da rede particular de João Pessoa, além de ter sido estagiário voluntário por três anos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). Atualmente é bolsista CAPES pelo PPGH/UFPB.



A sociologia alemã, mais expressivamente com Max Weber, procurava buscar uma explicação cultural para as mudanças econômicas. Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* Weber conecta os ideários do movimento da reforma religiosa protestante com a ascensão das relações capitalistas de produção. Warburg, grande admirador de Burckhart, verticalizou mais as suas análises ao desenvolver ensaios sobre aspectos particulares do renascimento sem a preocupação de realizar uma síntese geral. Panofsky explicitou a existência de uma conexão entre domínios culturais diferentes, ao analisar a arquitetura gótica e a filosofia escolástica, estabelecendo entre elas um vínculo que ultrapassa o comparativo.

Com a grande diáspora, ocasionada pela ascensão de Hitler na Europa, a História Cultural passa a ser foco de discussão em países que até então não possuíam tradição nessa área como a Inglaterra e os EUA. A idéia de cultura como reflexo da sociedade surge através do historiador da arte Frederick Antal, inaugurando o que Burke chama de fase da *História social da arte*, que vincula as manifestações culturais aos conflitos e as transformações econômicas e sociais.

Na década de 1960, começam as primeiras preocupações com as manifestações populares da cultura, desencadeando a fase chamada de *História da cultura popular*. Destacam-se nesse período, Eric Hobsbawn com o livro *História social do jazz*, abordando o estilo musical como uma ferramenta de protesto social e político, e Edward Thompson com *A formação da classe operária inglesa*, no qual o autor não se detém somente às mudanças econômicas e políticas ao analisar o lugar da cultura popular nesse processo.

Para Burke, existem motivos internos e externos à história cultural para que esta venha a se ocupar com a cultura popular. Internamente, havia uma reação contra a história política, a história econômica e as deficiências apresentadas pela própria história cultural, pois nenhuma incluía o povo em suas pesquisas. Exteriormente, temos a influência da ascensão dos estudos culturais, que tentavam entender o “mundo das mercadorias, publicidade e TV” (BURKE, 2005, p. 31), seguidos de uma crítica à visão monocular da cultura que enfatizava unicamente a cultura tradicional.

Alguns problemas são apontados na história cultural desta época, como a intencionalidade dessa vertente em tratar os textos e imagens como reflexos da sociedade em que vivem sem problematizar tais expressões. Como Buckhardt fala, é certo que muitas



vezes essas fontes dizem coisas que nem elas sabiam que sabiam, porém, é ingênuo acreditar que todas as expressões artísticas estão compromissadas com o contexto histórico em que se inserem.

Para os marxistas, a história cultural, por não possuir nenhum embasamento econômico ou social não se sustenta como ramo da História. Também é criticado o fato desta homogeneizar a cultura, ignorando assim, os seus conflitos. Para Burke, é difícil falar em história cultural dentro de uma visão marxista, já que o próprio Karl Marx, descarta tal afluente da História por esta ser uma superestrutura.

Para os historiadores culturais, a homogeneização da cultura pode ser evitada através do estudo de tradições—estas aqui entendidas como conhecimentos ligados a uma geração—, evitando-se assim trabalhar com o conceito de era, já que uma mesma época comporta as mais variadas tradições. O historiador deve tomar cuidado para que a idéia de tradição não mascare uma inovação, ou no sentido inverso, que a primeira seja mascarada pela segunda. Também deve atentar para a divisão entre cultura popular e erudita, sem deixar de perceber as suas conexões, escolha essa que também deve ser manobrada com muito cuidado, já que não existe consenso entre a definição do que seja popular e erudito. Para o historiador social, o melhor caminho ao utilizar os dois termos é transitar entre ambos sem estabelecer uma rigidez conceitual.

O próprio termo cultura, de difícil definição, foi ampliado através da utilização do conceito que a antropologia faz do vocábulo. Nesse sentido Malinowski inclui “as heranças de artefatos, bens, processos técnicos, idéias, hábitos e valores” (BURKE, 2005, p.43). Do encontro nasce a *antropologia histórica* e a *nova história cultural*, que continua presente até os dias atuais na disciplina histórica como um sólido ramo do conhecimento, com fortes propensões a explicar os fenômenos econômicos através da cultura.

Na antropologia histórica alguns nomes se destacam: Gurevich, que comparou as festas dos escandinavos com as descrições do *potlatch*, festa da Colúmbia britânica, na qual um chefe convidava seus iguais e rivais para observar a destruição de bens valiosos; Claude Lévi-Strauss e seu estruturalismo, ou seja, a sua teoria geral da cultura, representada no seu trabalho sobre os ameríndios; e Clifford Geertz, que vai formular uma *teoria interpretativa da cultura* em que defende o estudo da interpretação do significado das ações culturais em detrimento de sua função social. Juntamente com a sua cultura humanista e a sua prosa bem



elaborada, Geertz servirá de fonte de inspiração para grande parte dos historiadores da nova história cultural.

A questão do simbolismo permeia todas as discussões dos historiadores culturais, principalmente aqueles que possuem uma forte ligação com o marxismo, no intuito de buscar dentro dessa lógica teórica uma vinculação entre cultura e sociedade sem que a primeira virasse um simples reflexo da segunda. É interessante perceber também que é através do estudo do simbolismo em civilizações antigas que os historiadores passaram a perceber o simbolismo do cotidiano de seu próprio tempo histórico.

No meio de toda essa ebulição, ascende um novo tipo de gênero histórico, intitulado de micro-história, que lida com experiências concretas locais sem ter a preocupação de interligá-las a um contexto global ou, até mesmo, local. Esse movimento é uma reação contra os modelos de história social que insistiam em seguir os moldes da história econômica; contra a amplitude metodológica do encontro entre história e antropologia, permitindo assim, que o aspecto individual reingressasse no estudo histórico; e por fim, uma contraposição à história triunfalista, que ignora as contribuições de outras culturas em um mesmo contexto histórico. Da micro-história se destacam duas obras: *Montaillou* de Emmanuel Le Roy Ladurie, e *Os queijos e os vermes* de Carlo Ginzburg.

Vê-se, nesse contexto, que existe uma contra-reação visando promover a discussão de temas que as grandes narrativas haviam deixado de fora da história, é o caso da teoria do pós-colonialismo, que surge para estudar a força dos preconceitos coloniais e a continuidade da exploração econômica dos países de terceiro mundo; ou como a história cultural com bases feministas que buscavam enfatizar a contribuição das mulheres para a cultura e demonstrar como sua história foi abafada pelo preconceito masculino.

A denominação *nova história cultural* começa a ser utilizada pelos historiadores culturais no final da década de 80 e traz em seu arcabouço um novo paradigma. Essa expressão deve ser relativizada visto as continuidades existentes, sendo mais correto falarmos em um deslocamento da prática da história cultural. A NHC enfatiza a história das mentalidades, suposições e sentimentos, além de estabelecer uma profunda preocupação com a teoria. Nesse contexto, quatro teóricos são fundamentais para se compreender a nova história cultural: Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu.



Bakhtin, além de instituir termos que se tornaram cotidianos no estudo atual da NHC, como *carnavalização*, *destronar*, *linguagem do mercado* e *realismo grotesco*, desenvolve o conceito de *polifonia* ou *heteroglossia*, que considera a existência de diferentes vozes em um único texto.

Norbert Elias desenvolve conceitos como *fronteira da vergonha* e *fronteira da repugnância*, *pressão social pelo autocontrole*, *figuração*, *habitus*, *competição*. Apesar das críticas feitas pelos historiadores da NHC às interpretações de Elias, é inegável a qualidade e a importância de sua teoria social e cultural como instrumento de pesquisa.

Michel Foucault traz, em contraposição à idéia de autocontrole de Elias, o conceito de controle sobre o eu, principalmente das autoridades sobre os corpos dos subalternos. É um crítico contundente da história teleológica e de suas idéias de progresso e evolução. Na contramão dessa corrente, Foucault lida com os acidentes, termo este já utilizado por Nietzsche, motivo pelo qual não causa nenhum espanto que venha enfatizar a importância das rupturas culturais. Foucault enquadra o sistema de classificações como expressões dos períodos em que foram formulados, ressaltando a manipulação, por vezes inconsciente dessas estruturas, já que estas abraçam algumas informações, mas excluem categoricamente outras. Foucault irá escrever uma história que se conecta as políticas em um nível micro, a qual ele chama *microfísica*, o que significa que em seu estudo ele inclui a prática e a teoria, o corpo e a mente.

Pierre Bourdieu não escreveu história, porém seus conceitos são de fundamental importância para os historiadores culturais. Dentre essas concepções estão: a idéia de *campo*, que se refere “a um domínio autônomo que, em dado momento, atinge a independência em uma determinada cultura e produz suas próprias convenções culturais.” (BURKE, 2005, p.76); e o conceito de *reprodução cultural* no qual através do sistema educacional vigente se reproduz um sistema dominante. Para Bourdieu, o conceito de identidade social, não está alicerçado na continuidade, ao contrário, ela se sustenta na diferença, ou seja, é ao observar as diferentes maneiras de como o ser humano se porta, que o homem irá se identificar socialmente com determinado grupo.

Vários são os ramos históricos que tomam fôlego dentro da nova história cultural, como a história das práticas, da fala, do experimento, da viagem, do esporte, etc. Estes estudos buscam perceber, não a teoria envolvida em cada uma dessas ações, mas as suas



significações. A história da leitura é um bom exemplo desse ramo historiográfico; qual a reação do leitor perante o texto? Qual a interpretação que este faz do conteúdo?

A história das representações tem como objeto de estudo aquilo que foi imaginado, como o significado das três ordens medievais para a estrutura social vigente no feudalismo, ou a ascensão da idéia de purgatório na Idade Média, chegando até o tempo contemporâneo através da imagem que os ocidentais fazem dos orientais.

A história da memória, coletiva e individual, busca revelar a importância dos estereótipos para determinadas gerações, já que a perpetuação da memória comporta algumas distorções. Pessoas de grupos sociais distintos contam versões diferentes sobre os mesmos fatos. Neste caso, procura-se então perceber qual tipo de memória está sendo preservada e passada para as gerações futuras.

A história da cultura material também atraiu diversos especialistas da NHC, ao buscar os aspectos simbólicos que os alimentos, vestuários e habitações tinham para as sociedades que os produziram, nesse contexto também entra a história dos espaços e sua importância para definição de uma sociedade e sua cultura.

A história do corpo, recente e muito próspera, concentra-se no estudo deste como experiência e símbolo de uma época. As questões gestuais, dantes desprezadas pela historiografia, surgem com bastante força, e aspectos considerados sem importância ou influência, passam a ter significados cruciais para o estudo de uma cultura.

Alguns problemas detectados na teoria da NHC tiveram suas reações formuladas dentro da própria corrente. Um aspecto—ressaltado por Burke—que incomoda os historiadores da NHC é a idéia de que as imagens e textos simplesmente refletem ou imitam a realidade social. Em resposta a esse pensamento, toma fôlego a idéia de *construção* da realidade por meio de representações, o *construtivismo*, em que a visão de um determinado período baseia-se em aspectos construídos, ou seja, presos a representações e ideologias.

John Dewey, filósofo americano do movimento pragmático, dirige-se para a concepção que a realidade de cada ser humano é formulada através da interação do eu com o meio em que ele vive. Nesse contexto, o debate sobre a forma como os acadêmicos formulam o conhecimento científico entra em ascensão, tornando-se um importante objeto de estudo. A percepção passa a ser vista como uma atividade ativa, e não mais passiva, na qual o indivíduo tem uma participação determinante. A idéia de etnia, antes fixa e imóvel,



passou a ser percebida como uma construção, delegando ao seu conceito uma certa maleabilidade, fato este que irá afetar significativamente a NHC.

O livro *Arqueologia do saber*, de Michel Foucault, proporciona um grande passo a favor do construtivismo ao estabelecer que os discursos definem os objetos aos quais se referem, ou seja, eles são definidos através da intencionalidade do discurso. Porém é Michel de Certeau, um estudioso multidisciplinar, que irá dar a maior contribuição ao construtivismo ao afirmar que as pessoas não são meros consumidores passivos, mas que fazem seleções a partir de um repertório por elas estabelecidas, criando assim novas combinações. Ele se preocupa com o estudo da literatura e das artes, tendo como foco principal o público, suas percepções e reações. Caso Foucault e Certeau estejam corretos a respeito do construtivismo, então toda história é história cultural, já que nenhuma época pode fugir do contexto em que está inserida.

Burke chama a atenção para o estudo das obras históricas, nesse quesito destaca-se o historiador Hayden White, que enfatiza duas posições: “a de que os historiadores constroem seus textos e suas interpretações, e a visão não convencional de que constroem o próprio passado.” (BURKE, 2005, p.107). Certos conceitos, dantes rígidos, passam a serem adotados como uma construção social. Por exemplo, os vocábulos *classe* e *gênero*, utilizados por historiadores de forma geral, são vistos cada vez mais como construções históricas, discursivas ou sociais, na qual o conceito que certa classe ou gênero faz de si muda conforme o contexto sócio-temporal em que ela está inserida. As tradições, que servem como base fundamental para a formação de um nacionalismo e a construção de comunidades, são analisadas mais profundamente, pois algumas dessas tradições que parecem ser antigas são bastante recentes em suas origens, quando não são inventadas no intuito de construir um ideário de comunidade coesa. Hobsbawm aparece aqui como fundador e teórico-mor dessa corrente, chegando a conclusão que o conceito de *nação* é um caso paradigmático de construção.

Um estudo bastante profícuo no construtivismo é a análise da construção do rei como peça chave para a coesão do território nacional e a manutenção do poder. A construção da identidade, em um sentido mais restrito, provém do crescente interesse dos historiadores nos *documentos-ego*, escritos em primeira pessoa. Procura-se nesse caso analisar a identidade do autor, sua posição social, época, condições sob as quais ele escreve, razões que o motivam a



fazê-lo. Compreendendo a visão de mundo do autor, podemos relativizar as suas opiniões e perceber qual a imagem, ou imagens, que este pretende construir naquele documento.

A noção de *roteiro social* vem sendo gradativamente substituída pelo conceito de *performance*, que vem coroar a concepção construtivista de cultura, com a conseqüente maleabilidade do termo, em oposição ao estruturalismo cultural que pregava a noção de regras rígidas. A *performance* não é apenas uma expressão ou mera interpretação do período em que está inserido, mas também a recriação de seus significados. Estudos de boatos, contos populares, análises de épicos, panfletos, festas populares e religiosas, procissões e cerimônias, ajudam a perceber a imagem que deseja ser construída, suas representações e reafirmações sociais.

Burke analisa os estudos das *performances* e os intitula *ocasionalismo*, que se distancia de um determinismo social, no qual a reação do indivíduo é moldada por regras fixas, e se aproxima da idéia de liberdade individual em que o indivíduo elabora respostas distintas flexíveis, variando de acordo com a situação e a sua lógica. Exemplos como o estudo da caligrafia, que pode variar de acordo com a sua posição social, ou estilos artísticos, pensados em momentos de transição, corroboram com a idéia do autor.

Como toda teoria, o construtivismo não é hegemônico e apresenta em sua base alguns problemas expostos por Burke: a definição de quem está fazendo a construção, já que esta não se faz unicamente pelo grupo *ativo* daquela história; quais as restrições (econômicas, políticas culturais, etc.) que essa construção recebe; e qual o material utilizado para esta construção.

A nova história cultural completa mais de 20 anos de existência e se pergunta qual o caminho a ser trilhado pela disciplina, por isso a preocupação de Burke em discutir as possibilidades e tendências da NHC.

A primeira possibilidade apontada é um retorno a Burckhardt, ainda que o autor reconheça de que as idéias implantadas e os objetos de estudo propostos por Burckhardt nunca foram abandonados por completo. Estudos sobre a alta cultura e tradição clássica nunca deixaram de existir, apesar de terem sido um pouco menosprezados no auge do estudo da cultura popular. Burke aposta em uma renovação do estudo da alta cultura, já que esta se encontra meio ausente dos estudos culturais atuais, sem denegrir as pesquisas sobre a cultura popular.



Outra possibilidade é a expansão da NHC para temas que até então não tinham sido pesquisados como a política, a violência e as emoções.

O tema político pode abraçar diversas situações, como as razões que levam determinado governo a criar museus, suas preocupações com a cultura nacional, a divulgação das coleções dos governantes com claros objetivos de demonstração de superioridade, sem esquecer da mais importante ramificação, o estudo da cultura política, através da análise de seus rituais, símbolos e imagens, além de incluir estudos sobre a participação e a condição dos grupos subalternos nos movimentos políticos.

A violência é um tema que pode render bons frutos para a NHC, e alguns estudos já estão sendo desenvolvidos nesta área, como o impacto da ameaça da Primeira Guerra Mundial na formação de uma geração. Temos a impressão de perceber a violência como o último recurso humano, o ápice de uma situação insustentável, porém a idéia de que esta possui uma história cultural toma fôlego, além de causar polêmica ao perceber a ação violenta como uma espécie de teatro sanguinolento. A intenção é entender o significado da violência *injustificável* e as normas que regem o seu emprego.

Recentemente, os historiadores na NHC começaram a se dedicar à escrita de uma história das emoções. Trata-se de um ramo bastante embrionário que enfrenta um problema crucial: se são maximalistas, acreditam na historicidade das emoções, e vêem que estas são submetidas a mudanças com o passar do tempo; se possuem uma visão minimalistas, não acreditam na historicidade das emoções, aceitando a idéia de que elas são essencialmente as mesmas nas mais diversas épocas.

Paralelamente à história das emoções, encontramos tentativas de desenvolver uma história das sensações em detalhes. Destacam-se os estudos que tem como objeto principal o cheiro e o som. Alain Corbin, no livro *Saberes e odores*, ao estudar os maus cheiros no século XIX e a diminuição da tolerância dos burgueses com os pobres, descreve os odores como uma sensação culturalmente construída, já que esta se encontra imbuída de valores culturais. Para Burke, porém, mais importante do que escrever uma história fragmentada dos sentidos é escrever uma história geral dos mesmos.

Existe atualmente um certo desconforto, até mesmo dentro das discussões dos historiadores da NHC, de que o domínio da história cultural foi longe demais. Algumas



críticas feitas à corrente provém de fraquezas que lentamente foram aparecendo em seu percurso. Dentre elas, três parecem as mais relevantes.

A definição de cultura, que se tornou ampla demais, abarcando temas sociais. Para Burke, a história cultural devia se ater aos fenômenos *naturais*, como o tempo, a memória e os sonhos, enquanto que os artefatos culturais como a linguagem e o humor se encaixariam na história social. O grande campo abrangido pela NHC, não dispensa a história social, que se faz cada vez mais urgente com a intenção de compreender que tipo de pessoas estavam olhando para esses determinados objetos.

Outro problema atinge a questão dos métodos da NHC. Para essa questão, Burke acha que problemas diversos devem solicitar métodos diferentes, inclusive com a adoção de metodologias abandonadas no início da história cultural como os métodos quantitativos. Também vale ressaltar, a difícil posição do historiador ao confrontar documentos com conteúdos anacrônicos. Afinal, como arbitrar tais situações?

Por último temos o problema da excessiva fragmentação do objeto de estudo, a ascensão do *ocasionalismo* implica uma visão esfacelada da cultura, a qual, por si só já encoraja a fragmentação. Assim é complicado obter uma paisagem cultural de um determinado local com um conjunto de miniaturas etnográficas.

A idéia de fronteira cultural torna-se cada dia mais atraente aos historiadores, porém vista de fora uma fronteira cultural que parece bem definida pode não parecer tão clara quando vista de dentro das culturas. Essa definição cumpre duas funções: uma como zona de encontro entre duas culturas diferentes, que acabam formando uma cultura, híbrida das sociedades em contato; e uma como zona de barreira em que obstáculos físicos, políticos e culturais, diminuem as interações ou as desviam para outros canais.

A importância dos encontros culturais cresce cada dia mais na nossa sociedade, o que leva os historiadores a procurarem entender como os mais diversos povos interpretaram a cultura alienígena dentro da sua realidade, num processo a que chamamos de tradução cultural. Esse processo pode acontecer de forma consciente, como no caso dos missionários cristãos que moldavam sua mensagem no intuito de parecerem estar em harmonia com a cultura local; ou de forma inconsciente, quando, por exemplo, Vasco da gama entrou em um templo hindu e viu a imagem Brahma Vishnu e Shiva, interpretando-a como a santíssima trindade.



# VEREDAS DA HISTÓRIA

1º Semestre de 2009  
[www.veredasdahistoria.com](http://www.veredasdahistoria.com)

Vol. 2 - Ano II – Nº 1  
ISSN 1982-4238

O discurso narrativo de acontecimentos, após ter sido rejeitado pelos historiadores sociais por acharem que privilegiava os grandes homens e seus feitos, retorna buscando contar a história de homens comuns e como eles interpretavam o seu mundo e o simbolizavam. As práticas narrativas de um determinado povo podem nos dar boas pistas da realidade que as produziu, tanto no sentido de fornecer um repertório cultural, como na alteração da percepção da realidade pelos seus leitores.

Apesar de seus problemas, os quais Burke sabiamente aponta, a história cultural apresenta uma contribuição imprescindível para a historiografia mundial, ao trazer para a discussão histórica a cultura que, em sua própria definição, carrega temas e características que passaram despercebidas ou desprezadas pela história oficial. O futuro de tal disciplina é incerto; deste ponto em diante ela pode crescer, decrescer, ou extinguir-se. No entanto, suas contribuições e investigações não devem jamais ser esquecidas pelos historiadores. Não porque a história cultural seja melhor do que as outras histórias, pelo contrário, exatamente por ter o mesmo valor que todas as outras correntes historiográficas é que ela deve ser estudada e reinterpretada constantemente, no intuito de aperfeiçoarmos a escrita histórica realizando assim o nosso ofício de historiador.